

Uma política econômica provisória

GAZETA MERCANTIL

26 MAR 1993

por Claudia Safatle
de Brasília



Eliseu Resende

A equipe econômica do governo começa a delinear uma estratégia de política econômica para conduzir o País até a revisão constitucional — com inflação elevada, porém estável —, quando poderá ser elaborada uma reforma fiscal definitiva.

A idéia do ministro da Fazenda, Eliseu Resende, é associar um aperto monetário a um rigor fiscal — ainda que o Orçamento Geral da União esteja na direção oposta — e um sistema de vigilância de preços para evitar o descontrole da inflação.

Essa combinação de políticas ortodoxas construiria uma espécie de ponte para chegar à solução definitiva, que seria o saneamento estrutural das contas públicas.

Para isso, a equipe técnica do governo está rediscutindo a política de taxa de juro e tentará resgatar a austeridade fiscal pela aplicação de um decreto do

ex-presidente João Goulart, editado em 17 de março de 1964, que permite, através da elaboração de uma programação financeira do Tesouro Nacional, contornar a distância entre as receitas e as despesas do orçamento que será votado, na próxima semana, pelo Congresso Nacional.

“Um programa de estabilização econômica só terá sucesso com uma profunda reforma fiscal. Aí será uma nova esperança, e temos essa oportunidade com a revisão constitucional”, disse o ministro da Fazenda, em entrevista ontem.

Para o ministro, “o primeiro grande esforço é não deixar a taxa de inflação subir. Para isso é preciso uma administração firme, confiança e credibilidade”. As flutuações abruptas dos ativos financeiros, movidas por inquietações do mercado quanto aos rumos da economia, “não têm fundamento”, entende o ministro.

“Estou tentando, a todo custo, lançar uma mensagem de que o programa do governo é o que foi definido nos quinze pontos (que ele anunciou no Senado Federal) e ele será perseguido. O governo não fará congelamento, controle nem tabelamento de preços”, insistiu Eliseu Resende, garantindo que o programa econômico, que está sendo elaborado a partir de um detalhamento dos quinze pontos, “é firme e sólido. Vamos resolver os problemas, um a um, e administrar os passivos do governo”.

Resende reafirmou, também, o princípio de “só gastar o que arrecadar”, como a garantia de que perseguirá o equilíbrio do caixa do Tesouro Nacional mês a mês, e fez um pedido: “Me deem um pouco de

tempo para apresentar resultados”.

Ele reconheceu que “o presidente da República está angustiado, nós também estamos todos angustiadíssimos com esse índice de inflação. Mas a angústia seria maior se a inflação aumentasse”.

No momento, a tarefa que ele está conduzindo é reestruturar os órgãos governamentais que cuidam da política de preços — a Sunab e o extinto Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), para ter

(Continua na página 3)

Dados divulgados ontem pelo Banco Central indicam que a oferta de moeda na economia, em fevereiro último, teve uma expansão inferior à taxa de inflação no mesmo período. A base monetária cresceu 21,5% na posição de final de mês e 18,7% na média dos saldos diários. As reservas internacionais, em janeiro, tiveram uma queda de US\$ 200 milhões, com relação ao estoque de dezembro no conceito caixa, encerrando o mês em US\$ 18,8 bilhões.

(Ver página 26)

ESTRATÉGIA

Con. Brasil
Uma política econômica provisória

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

uma rede de informações sobre o que está ocorrendo no setor privado.

“Tendo as informações, poderemos atuar mais no setor produtivo”, explicou, sublinhando, mais uma vez, que não significará “tabelamento ou controle ou congelamento de preços. Não queremos gerar uma falsa interpretação de que vamos fazer isso”.

Disse também que a privatização será uma perna importante da política econômica, indicando que não tratará apenas da venda direta de empresas estatais ou de não mais o Tesouro Nacional subscrever capital de empresas públicas. “Vamos ver como fazer alienação de ações para reduzir o capital votante ao mínimo exigido.”

Além de rediscutir a política de juros, que por força do descontentamento do presidente da República, caiu de 30% reais ao ano para a casa dos 18,5%, há temor de que uma eventual fuga de capitais e mesmo o reaquecimento do nível de atividade econômica já detectado, decorram do fato de os juros estarem abaixo do que exigiriam as circunstâncias.

A direção da política fiscal está sendo traçada pela nova equipe econômica e poderá resultar numa meta de difícil consecução: zelar o déficit operacional deste ano, o que representaria produzir um superávit primário na casa dos 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado o superávit primário foi de 2,3% do PIB e o déficit operacional situou-se na casa de 1,5% do PIB. Para as caóticas condições orçamentárias deste ano, esse esforço fiscal seria bastante expressivo e demandaria contribuições mais substantivas das empresas estatais e dos estados e municípios para um resultado consolidado melhor que o de 1992.

Falta, contudo, dar uma solução para a falta de recursos da Previdência Social, que teria dinheiro para pagar os benefícios e aposentadorias apenas para mais este mês de março. O ministro da Fazenda garantiu ontem que está examinando uma solução junto com o ministro da Previdência Social, Antônio Brito, e que ela não passa por um adiamento do pagamento dos benefícios nem dos 147%.

Definidas as bases do programa econômico da nova equipe, ele será negociado com o FMI como fundamento para o acordo “stand by”. Resende disse ontem que espera fechar o acordo com os bancos credores “concomitantemente ao acordo com o FMI”, embora tenha ressalvado que um acordo com o Fundo não é imprescindível para a reestruturação da dívida externa com os bancos credores. Pelo acordo com os bancos, contudo, o aval do FMI é uma premissa.